

Por Antonio Penteado Mendonça



De 1970 a 2018 as catástrofes naturais que atingiram o planeta custaram mais de quatrocentos bilhões de dólares. E os prejuízos só não são maiores porque boa parte dos eventos atinge países em desenvolvimento, ou seja, locais onde os prejuízos, pela natureza dos bens e patrimônios atingidos, são menores do que nos países ricos.

Nos últimos anos, a situação tem se agravado, com os danos crescendo em decorrência de todos os tipos de eventos, com ênfase nos incêndios florestais que atingem a Califórnia, Portugal, Espanha e outros países europeus, além de enormes áreas de países como o Brasil, que, por conta do fogo queimar campos nativos, acabam não quantificando as perdas como prejuízos.

Ninguém tem dúvidas, as mudanças climáticas estão acentuando o ritmo e o valor das indenizações decorrentes dos eventos causados por elas. Os furacões estão aumentando de intensidade, os tufões também, assim como as tempestades tropicais, o granizo, os tornados, etc., que atingem áreas cada vez mais extensas, situadas ao longo das novas rotas de destruição, que vão se alargando com o aumento da frequência da ocorrência dos diferentes fenômenos.

Não há mais épocas determinadas para este ou aquele tipo de fenômeno. Eles acontecem com imprevisibilidade crescente, atingindo áreas completamente imunes a eles poucos anos atrás.

Neste inverno, São Paulo teve chuva muito acima da média histórica. E várias outras regiões do país passam pela mesma realidade, enquanto outras enfrentam severas estiagens, ambas as situações gerando prejuízos de vulto.

Dos quatrocentos bilhões de dólares em prejuízos causados pelos eventos de origem natural, perto de cento e vinte bilhões foram assumidos pelas seguradoras. É um número expressivo, ainda mais levando em conta que o grosso das apólices foram contratadas nos países desenvolvidos, uma pequena minoria dentro do concerto das nações.

O problema não é as nações desenvolvidas estarem bem seguradas. O problema está nas nações em desenvolvimento não contratarem seguros.

A primeira causa é a falta de dinheiro. Seguro não é uma atividade bancada pelos governos. Há casos, como o seguro rural, em que o governo pode assumir uma parte do custo do seguro, mas isso é feito muito mais visando a capacidade de produção agropecuária do que por conta da proteção do agricultor.

Assim, como as populações dos países em desenvolvimento são pobres e não têm os recursos necessários para arcar com estas despesas, em sua maioria elas não contratam seguros, nem têm outros mecanismos de proteção capazes de repor os patrimônios afetados pelos eventos de origem natural.

O resultado é que ficam na dependência das promessas dos respectivos governos, que, logo depois da tragédia, prometem mundos e fundos, mas, na medida em que tempo passa, vão se esquecendo delas. O resultado é o que vemos até hoje na região serrana do Rio de Janeiro, que, anos depois da tragédia que se abateu sobre ela, continua esperando a ajuda que nunca chega.

Nos próximos anos, é de se esperar o aumento significativo dos eventos de origem natural, com ênfase para os fenômenos climáticos. Conseqüentemente, é de se esperar o aumento significativo das áreas atingidas e dos prejuízos causados.

Como se não bastasse, um movimento totalmente humano está agravando o quadro. O êxodo para as regiões urbanas está criando enormes concentrações de pessoas em regiões impróprias para serem habitadas.

Muito disto tem a ver com a pouca capacidade econômico-financeira deste contingente de pessoas que vai deixando o campo em busca de melhores chances nas cidades.

Sua aglomeração em áreas relativamente pequenas, densamente ocupadas, em regiões com topografia imprópria para isso, cria as condições ideais para que os fenômenos naturais causem danos cada vez mais severos, com prejuízos incalculáveis se abatendo regularmente sobre diversas partes do mundo.

Sem que os governos comecem a criar políticas destinadas a reverter este quadro, não há como, só o seguro, fazer frente às perdas.

Fonte: SindsegSP, em 30.08.2019.